

## INCLUSÃO E EXCLUSÃO NOS ESPAÇOS ESCOLARES: O QUE CABE A PSICOPEDAGOGIA?

Janiele Ferreira Batista <sup>1</sup>  
João Pedro da Silva Souza <sup>2</sup>

### RESUMO

No presente artigo é promovida uma reflexão a respeito da educação inclusiva nos espaços escolares a partir de uma análise bibliográfica. Considera-se que uma educação inclusiva exige um olhar atento para a indicação de uma escolarização com respeito à diversidade, a igualdade e a justiça. Sendo assim, buscou-se compreender os princípios da educação inclusiva, apontar suas formas e contradições e o papel da psicopedagogia nesse processo. Realizou-se apontamentos críticos sobre a inclusão como um processo de normatização dos corpos e elencou-se o que cabe ao psicopedagogo como essencial para uma pedagogia verdadeiramente inclusiva. Para tanto, utilizou-se de alguns teóricos, dentre eles Kiguel (1983), Masini (2013), Alfredo Veiga Neto (2001), Bossa (2000), e consulta informativa no site da instituição DIVERSA – Educação Inclusiva na Prática.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia, Inclusão escolar, Estratégias pedagógicas.

### INTRODUÇÃO

O tema que é objeto deste artigo, envolve pensar as instituições escolares, bem como as contradições que se encontram para efetivação de uma educação inclusiva, tornando o debate, sobretudo, um desafio. Todavia, o que é pretendido aqui é proporcionar uma crítica e uma reflexão para que na relação entre as trocas de saberes, pondere-se sugestões, para a construção de uma cultura que promova a paz e o respeito à diversidade. Segundo Karnal (2016) “É bárbaro todo aquele que propõe, na sua teoria, a exclusão do outro. É civilizado, seja um índio ianomâmi, ou um alemão, todo aquele que propõe a aceitação da existência do outro.” Palavras estas que nos nortearam durante as pesquisas para construir este texto.

A ponderação elaborada é fruto de inquietações sobre as exigências do momento, articulando o respeito e a promoção dos direitos humanos, e as contradições ligadas às dificuldades reais do contexto da modernidade, que afetam não somente as instituições escolares, mas todas as instituições de maneira sistematizada na sociedade.

---

<sup>1</sup> Especialista pelo curso de Educação Inclusiva da Faculdades Integrada de Patos - FIP, [jane\\_nielly@hotmail.com](mailto:jane_nielly@hotmail.com);

<sup>2</sup> Especialista pelo Curso de Educação Especial da Faculdade de Ciências Educacionais de Natal - FACEN [joapedro8152@gmail.com](mailto:joapedro8152@gmail.com);

A ação de educar, enquanto consolidação de mudanças possíveis sugere práticas que busquem garantir direitos de todo e qualquer ser humano no exercício da dignidade humana. Contudo, historicamente, os processos educacionais se evidenciaram através de modelos tradicionalistas marcados pelas dicotomias belo/feio, forte/fraco, capaz/incapaz. “Tudo se resolve numa lógica binária que se traduz em normal e anormal, certo e errado, inferior e superior.” (SILVA, 2019, p. 32)

Deste modo, constrói-se uma sociedade fundamentada nas entrelinhas da seleção natural, que como diria Charles Darwin, aquele mais bem adaptado ao meio, tem maior chance de sobreviver. Essas normativas refletem no espaço escolar que, por um longo período de tempo constituiu-se como um lugar permitido a uma pequena parcela da população: aqueles “mais bem adaptados”. Sendo, portanto, desde sua origem espaço de uma educação elitista, seletiva e excludente. Entenda-se essa última traduzindo-se, em práticas racistas, homofóbicas, separatistas, preconceituosas, dentre outras. (SILVA, 2019, p. 33)

Compreende-se que essa discussão é interessante para construção de políticas de inclusão escolar, bem como para a auto reflexão dos agentes envolvidos no processo, gestores, professores e articuladores das políticas educacionais atuais. Sobretudo para pensar em intensificar as análises frente as estratégias de atuação dos educadores, pois, são sujeitos capazes de transformar a realidade onde estão em atuação direta.

Assim, é que se começa no espaço escolar a construção de uma sociedade que respeite e valorize o ser humano nas suas diferenças, desenvolvendo ações que possam despertar nos educandos uma visão crítica e consciente para uma efetiva mudança atitudinal.

Partindo dessa constatação, o desejo de sanar essa lacuna, esse problema, tornou-se eloquente, e para isto, pensou-se em lançar mão de um debate que analisasse os desafios e as perspectivas frente à efetivação da temática de inclusão nos espaços escolares a partir de uma perspectiva e da reponsabilidade psicopedagógica.

## **INCLUSÃO E EXCLUSÃO NAS ESCOLAS: UMA BREVE CRÍTICA**

A articulação de conceitos como igualdade e a diferença é um imperativo necessário, uma vez que os espaços escolares já reconhecem a necessidade de inclusão dos sujeitos “diferentes”, os tidos como anormais, seja ela uma diferença por uma questão de identidade, etnia, classe social, deficiência, dentre outras. De acordo com Veiga- Neto (2001), que nos traz uma discussão interessante sobre as políticas de inclusão escolar, a tentativa e a inclusão

concreta que tanto se considera nas discussões políticas e educacionais atuais, estão diretamente ligadas ao controle e a criação de mecanismos de proteção contra o desigual, o diferente, “anormal”, bem como contra a subversão do semelhante refletida no diferente, já que o período moderno se configura num processo de busca pela ordem, em contrapartida do medo ao caos.

Segundo o autor a inclusão pode ser vista como passo inicial ao ordenamento, pois é diante da aproximação com o outro que se estabelece algum saber, e a partir da comparação com o outro que se detecta o estranhamento, que gera ordem através da relação aproximação>conhecimento/estranhamento, se configurando como um tipo de inclusão>saber>exclusão. Em outras palavras a crítica do autor é que as escolas incluem, mas mantém práticas excludentes.

Dentro dessa ótica, as escolas criam espaços de inclusão com o objetivo de normatizar o outro, pois, dessa forma o controle do outro se torna mais fácil, logo, a ideia é vamos aproximar para controlar. Ficando mais simples controlar e definir a anormalidade, como também validar a própria normalidade, pois todo aquele que subverter a ordem, ou simplesmente não se adequar a ela, será visto como anormal. Na modernidade, cada vez mais o número de tipologias as quais os tidos como diferentes se enquadram aumentam, criam-se nomenclaturas para todos os grupos sociais, são eles simplesmente os outros, os que devem ser controlados e ensinados. Para isso é preciso aproximá-los, conhecê-los, e dessa forma reafirmar a própria superioridade.

A inclusão deve ser pensada no seu amplo contexto, pois, trabalha diferentes sujeitos. E mais uma vez reiteramos, a educação inclusiva entende as diferenças como resultantes da multiplicidade, e não da diversidade, garantindo o direito as diferenças. A luta por diversidade é outra, diz respeito a grupos, categorias, conjuntos, nesse sentido, compreende-se que categorização também exclui. Aqui pressupomos o princípio da igualdade com respeito às diferenças, levando em consideração que igualdade não significa homogeneidade, uniformidade.

Nos princípios educacionais inclusivos a identidade não é entendida como natural, nem tão pouco estável, permanente, homogênea, generalizada, universal. Dentro da perspectiva da inclusão escolar, as identidades são transitórias, instáveis, inacabadas e, portanto, os alunos não são categorizáveis, logo, não podem ser divididos em grupos por características arbitrariamente escolhidas. Todavia, o conhecimento do senso comum, está ligado ao direito de ter acesso à educação, de produzir um espaço para esses sujeitos tidos

como “anormais”. A escola enquanto espaço de diálogo tem papel fundamental na construção de um ambiente democrático e de cidadania ativa. Para tanto, precisa discutir a educação inclusiva em suas práticas educativas.

A construção de instrumentos que possibilitem um avanço na participação ativa dos indivíduos a sua condição de cidadania, a busca por uma forma igualitária de vida perpassa pela reflexão sobre os espaços de saberes pelos quais fomos produzidos social e historicamente, e pela produção desses saberes, somos agentes dessas mudanças.

Essa reflexão colocada por Veiga- Neto (2001), faz-se importante para entendermos como a anormalidade é construída a partir da narrativa do colonizador em relação ao outro, discurso que dentro da modernidade se mostra mais evidente, e como cada vez mais institui-se as anormalidades e reafirmam-se e buscam-se as normalidades, estabelecendo os sujeitos através da relação saber/poder dentro dos centros pedagógicos.

Assim sendo, compreende-se que as políticas de inclusão escolar tomam uma posição ambígua. No entanto, a ideia não é negar a inclusão, mas fazer uma reflexão a respeito dela. Pois para uma política de educação justa, que seja verdadeiramente inclusiva é preciso que se reconheça a diversidade. Todavia, é imprescindível que os agentes envolvidos entendam que são objeto das relações de poder que se encontram nas tramas institucionais, culturais, políticas e sociais.

Entre todas as instituições que a modernidade fez emergir, entre todas aquelas que a sociedade disciplinar proporcionou a constituição, a escola é uma das mais exemplares, entre outros motivos por ser destinada à promoção de subjetividades, à produção de sujeitos, à construção e veiculação de identidades, à definição de lugares de sujeito (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2022 ).

A escola é um espaço de produção de subjetividades e produção de sujeitos que constrói identidades e define lugares. Por este motivo, tanto é importante refletir sobre o papel da escola como uma instituição capaz de promover uma educação emancipatória, a partir da e na sala de aula. Essa jornada ambiciosa requer sobretudo, pensar o homem no seu mundo e fora dele, compreendendo o positivismo educacional e a normatização burocrática imposta por uma compreensão do pensamento único. Requer superar as limitações pedagógicas, incentivar a democratização nas escolas e a participação social, elementos indispensáveis para promover uma cultura que garanta uma inclusão cidadã nos espaços escolares.

## **A PSICOPEDAGOGIA E SEU PAPEL INCLUSIVO**

A princípio é importante determinar que a Psicopedagogia é um campo de conhecimento e atuação em saúde e educação que lida com o processo de aprendizagem humana, seus padrões, sejam eles normais e patológicos, considerando a influência do meio, família, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando métodos próprios. De acordo com Bossa (2000), a Psicopedagogia ocupa-se da aprendizagem humana, que tem como demanda o problema da aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia. A Psicopedagogia vem criando a sua identidade e campo de atuação únicos, que estão sendo organizados e estruturados, especialmente pelas produções científicas que referenciam o campo do conhecimento e pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP).

Segundo Kiguel (1983) a Psicopedagogia se encontra em fase de organização de um corpo teórico específico, voltado à integração dos conhecimentos pedagógicos, psicológicos, fonoaudiólogos, neuropsicológicos e psicolinguísticos para um entendimento mais integrador do fenômeno da aprendizagem humana. Sendo o principal objeto de estudo desse campo do conhecimento é a aprendizagem humana e seus padrões evolutivos normais e patológicos. A Psicopedagogia é conhecida por atender crianças com dificuldades de aprendizagem. Contudo, é imperativo informar que as dificuldades, distúrbios ou patologias podem aparecer em qualquer momento da vida e, portanto, a Psicopedagogia não faz distinção de faixa etária para o atendimento.

A Psicopedagogia vem se firmando no mundo do trabalho e se estabelecendo como profissão e tem um papel relevante nesse novo momento educacional que exige a inserção e manutenção dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Compreende-se que colocar o aluno com necessidades especiais educativas em sala de aula e não criar estratégias para sua permanência e sucesso escolar é contraditório com a perspectiva da inclusão. A doutora em psicologia Elcie Masini ilustra o sentido de inclusão escolar.

Inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*), no seu sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim, falar em inclusão escolar é falar do educando que se sente contido na escola, ao participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e programações da instituição. Falar em inclusão é remeter a situações concretas que ilustrem a afirmação: “O princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade. Cada pessoa tem uma contribuição a dar” (MASINI, 2013, p. 2).

De acordo com Masini, o princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade, nesse sentido, destaca-se aqui que a inclusão escolar não diz respeito tão somente a portadores de deficiência com necessidades especiais educativas, diz respeito de maneira mais ampla, a criança e adolescente que vem sendo excluída por ser diferente do padrão médio, isso inclui ter deficiência ou ser de outra cultura, com outros hábitos, linguagens, valores e identidade.

A educação inclusiva pode ser percebida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Pois, pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Provoca a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo que garanta o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. (DIVERSA, 2022).

Para que não se incorra o erro do esquecimento do que propõe a educação inclusiva, os princípios da educação inclusiva é uma referência fundamental na análise e discursos das práticas cotidianas e avaliação contínua para aquele que importa não esquecer se de fato está atuando com uma prática pedagógica inclusiva. Revisitar esses princípios com constância também pode ajudar educadores, mesmo os experientes e comprometidos com a não perderem o norte. De acordo com a instituição DIVERSA (2022) , os cinco princípios da educação inclusiva são:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação;
2. Toda pessoa aprende;
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;
4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos;
5. A educação inclusiva diz respeito a todos.

Para essa instituição a adoção de um conceito amplo de diversidade humana para pensar a educação inclusiva, cujo público-alvo são todas as crianças, é imprescindível. Todas, sem exceção. Assim, o quinto princípio norteia os demais e orienta as relações humanas para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

É relevante mencionar que a educação inclusiva envolve a ação direta de diferentes atores e esferas sociais que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede, todos em direção da aprendizagem do educando. Políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, família, estado, sociedade e parcerias fazem parte da dimensão de um

projeto educacional inclusivo, consistente e sustentável por meio de ações contínuas relacionadas.

## **INCLUSÃO: O QUE CABE AO PSICOPEDAGOGO?**

Dentro do que já foi discutido, pode-se afirmar que a contribuição do psicopedagogo para a inclusão do aluno no processo educacional e social seria o de opor-se a pseudo-escolarização, a ausência da avaliação, que elimina o elaborar, o aprender, o pensar; a promoção automática que desrespeita o ser humano e desacredita o seu potencial. Nesse sentido cabe ao psicopedagogo adotar práticas como:

- oferecer condições à participação no meio social em que se vive;
- partir do que o aluno dispõe e atender às suas necessidades para aprender pensando elaborando e decidindo; Avaliar possibilidades e dificuldades do aprendiz:
- o que compreende e o que não compreende;
- habilidades e operações nas áreas de conhecimento;
- recursos que propiciam organização e elaboração do ensinado;
- recursos para desenvolver habilidades e operações; Fundamental e ilustrar a importância de:
- atender as necessidades e ensinar a partir do que o aluno conhece e tem possibilidades;
- oferecer condições para o aluno elaborar e decidir;
- avaliar continuamente, propiciando ao aluno oportunidades de refazer atividades e compreender o que e onde errou (MASINI, 2013, p.5).

O psicopedagogo deve atentar para o fato de que o educador pedagógico necessita ter a preocupação em torno de como alcançar intervenções pedagógicas adaptadas para que os alunos progridam em seus conhecimentos. Estes são assuntos que rondam o dia-a-dia dos educadores compromissados com sua prática, que almejam que seus educandos estejam envolvidos em uma realidade de sucesso escolar e não do fracasso.

Assim sendo, a compreensão e reflexão do educador sobre a sua prática é fundamental para que o mesmo avalie sua ação produzindo estratégias capazes de favorecer o aprendizado dos alunos. Assim, precisa estar atento a como os alunos estão respondendo às suas intervenções pedagógicas.

A ação psicopedagógica, enquanto benfeitora e facilitadora das relações, repercutirá

em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites (SILVA, JESUS e FARIAS, 2019, p. 178).

## **ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS**

As estratégias pedagógicas correspondem aos variados procedimentos planejados e implementados por educadores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino. Elas envolvem métodos, técnicas e práticas explorados como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento (DIVERSA, 2022).

No que tange as estratégias pedagógicas no contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as singularidades do sujeito, com foco em suas potencialidades. Se, por um lado, a proposta curricular deve ser uma só para todos os estudantes, por outro, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diferenciadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada indivíduo. Esse é o caminho para tornar viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiência (DIVERSA, 2022).

É importante ressaltar que não há método bom ou ruim. Há sim métodos que servem para determinados alunos e não para outros. Não é porque um aluno não aprende por um método que concluiremos que não aprenderá, essa conclusão é simplificadora. Não podemos nos fechar num único método e sim explorar diversas formas de ensinar, tendo em vista que cada ser humano é único, individual e tem sua forma, tempo e momento de aprender. Assim sendo, construir um planejamento pedagógico, escolher materiais e conceber estratégias de avaliação capazes de garantir a participação e aprendizagem de todos requer entender que o ponto de partida é empenhar-se em conhecer bem o educando.

Para desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas é preciso tornar o processo de ensino-aprendizagem prazeroso e significativo, a partir do repertório e eixos de interesse dos educandos, conhecer bem a realidade em que está inserido, para então entender como seus interesses podem ser explorados como facilitadores do ensino de cada conteúdo. Seu planejamento deve ser criterioso para garantir a qualidade do ensino visando os objetivos da proposta pedagógica da escola. “O professor deve estar atento ao PPP, a realidade social, seu papel como agente de inclusão, e na sua função transformadora da educação” (PARO, 2000, p. 29).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de possíveis instrumentos que autorizem um avanço na participação ativa dos indivíduos a sua condição de cidadão, a busca por uma forma de vida igualitária, e de um pensamento emancipatório, perpassa pela reflexão que circunda os espaços de saberes pelos quais fomos lançados social e historicamente.

Uma educação que garanta a inclusão escolar, diz respeito ao direito as diferenças pressupondo o princípio da igualdade. Deixando claro que diferença e diversidade são conceitos distantes. Para a educação inclusiva, as diferenças são resultantes das multiplicidades, os sujeitos não devem ser divididos, categorizados, homogeneizados e relegados a espaços exclusivos criados para esses grupos.

A inclusão pressupõe integração, significa que todos os alunos devem conviver e aprenderem juntos, sejam eles portadores de alguma deficiência ou de alguma característica ética, social, cultural. Todavia, é preciso que o corpo escolar compreenda a realidade de cada aluno e desenvolva atividades que auxiliem no aprendizado de cada aluno.

O papel da psicopedagogia, enquanto protetora e facilitadora das relações, ressoará em envolvimento na manutenção dos laços, oferecendo participação no meio social em que se vive, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, delimitando clareza nos papéis, fazendo avaliação contínua das necessidades do educando.

A reflexão e o desafio do vir a ser nesse contexto, são um chamado para compreender como se dá as relações sociais na escola, o que se esconde em si, sendo a escola considerada um espaço privilegiado para construir, uma cultura de aprendizagem e de paz.

O contexto atual demanda mudanças e a escola enquanto ambiente de diálogo, pode ser parte de um ambiente democrático e de cidadania ativa. Assim sendo, a proposição é que a escola ao ser um espaço de relações sociais, considerando os diálogos múltiplos, tem mecanismos para forjar uma cultura que promova a inclusão, mas os sujeitos envolvidos devem estar atentos às contradições que se apresentam.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade.** Texto disponível em <http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf>, acesso em: 05/03/2022.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** RS, Artmed, 2007. BRASIL.

CARTER, Linda. SILVA, Luzia Gracira dos Santos. **Inclusão escolar e educação em direitos humanos: as concepções de um aluno cego.** Revista Educação Especial | v. 32 | 2019 – Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 05/05/2022.

DIVERSA. **Educação Inclusiva na Prática.** O que é educação inclusiva? Disponível em: [https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/?gclid=Cj0KCCQjwyYKUBhDJARIsAMj9lkF0LsJddU5MrJiSCoV3VaHanaJhK-kx4g50dAkkQtp5-OoaPHGBinAaAIX0EALw\\_wcB](https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/?gclid=Cj0KCCQjwyYKUBhDJARIsAMj9lkF0LsJddU5MrJiSCoV3VaHanaJhK-kx4g50dAkkQtp5-OoaPHGBinAaAIX0EALw_wcB). Acesso em: 15 de maio 2022.

KARNAL, Leandro. **A Não Aceitação Das Diferenças Faz Do Mundo Um Lugar Horrível.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/leandro-karnal-nao-aceitacao-das-diferencas-faz-do-mundo-um-lugar-horrivel/>. Acesso em: 05/05/2024.

KIGUEL, Sonia Moojen. **Reabilitação em Neurologia e Psiquiatria Infantil – Aspectos Psicopedagógicos.** Congresso Brasileiro de Neurologia e Psiquiatria Infantil – A Criança e o Adolescente da Década de 80. Porto Alegre, Abenepe, vol. 2, 1983.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Psicopedagogia & Inclusão – O papel do Profissional e da Escola.** Revista Psicopedagogia. Ed. Ponto de Vista. São Paulo, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.

SILVA, Priscila Franzin da Imaculada da. JESUS, Conceição de Oliveira. FARIAS, Giselene de Fátima. **O Papel da Psicopedagogia na Educação Inclusiva.** Revista: **Psicologia e Saberes.** v. 8, n. 12, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para excluir.** In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. (Orgs.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.